

Trilhas de Futuro: governamentalidade, neoliberalismo e terceirização na Educação Profissional e Tecnológica em Minas Gerais

Trilhas de Futuro: Governmentality, Neoliberalism, and Outsourcing in Technological and Vocational Education in Minas Gerais

Laís Camargo de Barros¹

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG
laisbadvocacia@gmail.com

Luciana Aparecida Silva de Azeredo²

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG
luazeredo@gmail.com

RESUMO: O presente artigo propõe-se a analisar o discurso do Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, durante o lançamento do Programa *Trilhas de Futuro*. Objetiva-se analisar os dizeres do Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, no lançamento do Programa Trilhas de Futuro, buscando compreender os efeitos de verdade produzidos por seus dizeres, à luz da análise do discurso franco-brasileira e de ferramentas teórico-analíticas foucaultianas. Para isso, o artigo se divide em três momentos: o primeiro apresenta as ferramentas que servirão como fio condutor da análise discursiva: governamentalidade e regimes de verdade; o segundo traz a análise discursiva; e o terceiro a problematização desse projeto e suas possíveis implicações para a Educação Profissional Tecnológica (EPT) em Minas Gerais. Como resultado, observou-se a presença de formações discursivas neoliberais, em que o discurso (re)produz verdades e opera como prática de controle e dominação social ao afirmar que a salvação dos jovens está no ensino profissionalizante, criando uma falsa escolha dos jovens sobre o seu futuro, uma vez que os cursos ofertados estão majoritariamente alinhados às necessidades das empresas. Por fim, identificou-se, nas entrelinhas, uma transferência da responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, uma vez que são essas instituições que irão ofertar os cursos.

Palavras-chave: Educação Profissional Tecnológica; Trilhas de Futuro; Neoliberalismo; Terceirização da EPT.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the discourse of the Governor of Minas Gerais, Romeu Zema, during the launch of the “Trilhas de Futuro” Program. The objective is to identify the discursive formations present in the current Governor's speech, examining how truth effects are produced in his statements that emerge through linguistic materiality, in light of Franco-Brazilian discourse analysis and

¹ Doutora em Educação, Mestre em Linguística Aplicada, licenciada em Letras Português-Inglês. Realiza pesquisas a partir de ferramentas teórico-metodológicas pêcheutianas e foucaultianas em sua interface com a Educação. Líder do Grupo de Estudos Discurso e Subjetividade na Educação Profissional e Tecnológica (GEDS-EPT). ORCID nº <http://orcid.org/0000-0003-3709-2597>.

² Mestranda em Educação Tecnológica no CEFET-MG (PPGET - CEFET-MG), com bolsa CAPES. Bacharel em Direito pela PUC-MINAS. Advogada, especialista em Direito Digital pela UERJ. Integrante do Grupo de Estudos Discurso e Subjetividade na Educação Profissional e Tecnológica (GEDS-EPT). ORCID nº <https://orcid.org/0009-0001-6660-7919>.

Foucauldian tools. To achieve this, the article is divided into three parts: the first introduces the tools that will guide the discursive analysis, namely, governmentality and regimes of truth; the second presents the discursive analysis; and the third discusses this project's potential implications for Technological and Vocational Education (TVE) in Minas Gerais. As a result, neoliberal discursive formations were observed, wherein the discourse (re)produces truths and operates as a practice of control and social domination by asserting that the salvation of young people lies in vocational education, thereby creating a false choice for young people regarding their future, as the courses offered are mostly aligned with the needs of companies. Finally, a subtle shift of responsibility from the state to the private sector was identified, as these institutions are the ones that will offer the courses.

Keywords: Technological and Vocational Education; Trilhas de Futuro; Neoliberalism; Outsourcing of TVE.

Para iniciar...

O programa, *Trilhas de Futuro* tem como objetivo oferecer gratuitamente cursos técnicos aos jovens, estudantes e egressos do ensino médio, sob o discurso de ajudar a aumentar as perspectivas de empregabilidade, por meio de parcerias com as instituições públicas e privadas do estado de Minas Gerais. Esses cursos são ofertados com base nas necessidades do mercado, gerando uma falsa sensação de escolha, sendo perceptível resquícios do que Foucault chamou de governamentalidade. Nessa perspectiva, a Análise do Discurso de linha francesa nos permite “desvendar a sociedade, seus movimentos, suas contradições” (Azeredo; Bartho, 2020, p. 20).

Quando se fala em discurso, muitas vezes, o primeiro que vem à mente são os discursos políticos. Talvez isso ocorra porque esses discursos frequentemente geram grandes comoções sociais. Já discurso para a Análise do Discurso de linha francesa “implica uma exterioridade à língua, [...] aspectos sociais e ideológicos” (Fernandes, 2007, p. 12). Então, assumir uma posição de analista é “interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais” (Fernandes, 2007, p. 14).

Neste artigo, propomo-nos analisar os dizeres do Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, no lançamento do Programa Trilhas de Futuro, buscando compreender os efeitos de verdade produzidos por/em seus dizeres, à luz da análise do discurso franco-brasileira e de ferramentas teórico-analíticas foucaultianas.

Este artigo está estruturado em três movimentos. A primeira seção tem como objetivo apresentar as ferramentas foucaultianas que servirão como fio condutor da análise discursiva. Na segunda seção, será realizada a análise discursiva do pronunciamento do Governador no lançamento do programa *Trilhas de Futuro*. Na terceira, problematizamos esse projeto e suas possíveis implicações para a Educação Profissional Tecnológica (EPT) em Minas Gerais.

Escolhendo as ferramentas na caixa

Foucault (2001, p. 1588) afirmou que todos os seus livros “são pequenas caixas de ferramentas” para múltiplos usos possíveis. Seus livros, ensaios, cursos, entrevistas são um grande quebra-cabeça que precisa ser montado e remontado com cuidado e atenção.

De acordo com Veiga-Neto (2014), existem, pelo menos, dois tipos de ferramentas: as metodológicas e as conceituais, sendo ambas fundamentais de igual modo para os exercícios de análise. No presente caso, serão utilizados dois conceitos/proposições foucaultianas: governamentalidade e regimes de verdade. Isso porque, segundo Foucault (2002, p. 11), existem vários lugares nos quais a verdade pode se formar, onde as “regras do jogo são definidas”, isto é, a partir disso que se pode perceber nascer “certas formas de subjetividades, certos domínios de objeto, certos tipos de saber”.

Segundo Foucault (2002, p. 27) as verdades, são “constitutivas do sujeito de conhecimento” de modo que, no interior de um discurso, existiria uma separação entre o que é verdadeiro e o que é falso. Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault (2002, p. 13) parte de um texto de Nietzsche (1873) sobre o “surgimento” do conhecimento e afirma que o conhecimento foi inventado e, portanto, “dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem” (Foucault, 2002, p. 16). A partir disso, Foucault (2002, p. 23) percebe o que ele chamou de “política da verdade”.

Assim, poderíamos dizer que a verdade está dentro dos discursos aceitos por cada sociedade, levando em consideração os tipos de discursos aceitos por ela (Foucault, 1979). Além disso, a verdade está submetida à economia e à política, é consumida pelas sociedades e é “produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos” (Foucault, 1979, p. 13). Entre eles, o autor destaca os meios de comunicação e a universidade.

O “poder-saber” produz a “verdade”, no sentido de que somos conduzidos a viver de uma certa maneira, com base nos discursos que entendemos como verdadeiros. Nesse sentido, é possível dizer que o que se entende por “Educação, reformas educacionais ou reformas curriculares faz parte dos significados tidos como verdadeiros [...] que são atravessados pelas relações de poder-saber” (Mascia, 2003, p. 69-70).

Sobre essa forma de condução de condutas, temos o neologismo criado por Foucault: *governamentalidade*. Assim, “ao fundir o governar (*gouverner*) e a mentalidade (*mentalité*) [...] Foucault enfatiza a interdependência entre o exercício do governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas” (Fimyar, 2009, p. 38). Isso quer dizer que, existe um esforço realizado para governar as pessoas e, dentre essas práticas, existe a racionalidade neoliberal que “tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”, tendo como princípio universal a concorrência (Dardot; Laval, 2014, p. 14). A partir do exposto, vale aqui ressaltar que a intenção neste artigo é problematizar, numa tentativa de gerar questionamentos sobre as condições de possibilidade e

os efeitos de verdade produzidos no/pelo pronunciamento do Governador Zema no lançamento do Programa *Trilhas de Futuro*.

Por problematizar, entende-se um processo de questionamento profundo e contínuo das pressuposições, práticas e discursos que moldam a realidade social e, no caso em questão, educacional. Ao invés de buscar verdades absolutas ou soluções definitivas, colocamos “em xeque nossas verdades” (Paraíso, 2021, p. 19), ou seja, a preocupação é desestabilizar certezas e abrir caminho para novas interpretações, observações e reflexões sobre um tema.

Antes de passarmos à seção seguinte, cabe esclarecer que optamos por Michel Foucault, tendo em mente que, muito embora suas obras sejam vastas, ele não tratou de todos os assuntos, sobretudo os relativos ao acirramento do neoliberalismo, pois “não só ele morreu antes de tais problemas e modismos aparecerem como, sobretudo, seu radar estava dirigido para outras questões” (Veiga-Neto, 2021, p. 262). Contudo, por meio dele, é possível problematizar o presente e as novas estratégias de poder, em especial as relativas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), foco deste trabalho.

Nas trilhas do neoliberalismo e governamentalidade

De acordo com o Manual do Aluno (2004)³, disponibilizado no site do programa *Trilhas de Futuro*, esse programa tem como objetivo oferecer gratuitamente cursos técnicos aos jovens, estudantes e egressos do ensino médio, para aumentar as perspectivas de empregabilidade, por meio de parcerias com as instituições públicas e privadas do estado de Minas Gerais. Assim, no momento da inscrição o jovem consegue ter acesso aos cursos ofertados por essas instituições públicas e privadas credenciadas, em que poderá se candidatar a uma vaga de seu interesse.

Todos os cursos são totalmente gratuitos, sendo vedada a cobrança de taxas de matrícula, uniforme, material didático ou quaisquer outras por parte das instituições credenciadas. Contudo, a gratuidade não abrange as despesas decorrentes de reprovação em uma ou mais disciplinas do curso, bem como as despesas pessoais com Equipamento de Proteção Individual (EPI) e eventos solenes. Além disso, um vale-transporte e alimentação diários, no valor de R\$ 20,00, é oferecido aos/às estudantes.

³ Disponível em: <https://www.trilhasdefuturo.mg.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/MANUAL-DO-ALUNO-ATUALIZADO.pdf>

No lançamento do *Trilhas de Futuro*, realizado no dia 1º de julho de 2021, disponível no *Youtube*⁴, o Governador de Minas Gerais profere que o projeto tem por “*objetivo preparar profissionalmente alunos da rede estadual, municipal e privada para o mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes*” (Lara, 2021, 00:01:020). Percebe-se a presença da formação discursiva neoliberal por meio da ideia de preparação para o mercado de trabalho.

Aqui, faz-se necessário distinguir mundo do trabalho de (mercado de) trabalho. Isso porque, o primeiro leva em consideração a história do trabalho “o desemprego, a instabilidade, a precarização [...], as segregações por diferenças de gênero, raça, moradia, campo, periferias, por idade” (Arroyo, 2013, p. 106), entre outros. Enquanto no (mercado de) trabalho, normalmente, há uma mercantilização do “trabalho humano, dos trabalhadores e dos saberes e competências” (Arroyo, 2013, p. 106).

Em sua fala também percebemos que a preparação será dos “*alunos da rede estadual, municipal e privada*” (Lara, 2021, 00:01:026) e, novamente, condizente com uma lógica neoliberal, na qual existe um direcionamento para que todos sejam “empreendedores de si”, desconsiderando as desigualdades existentes entre esses grupos, como se todos tivessem as mesmas condições sociais e históricas (Laval, 2020 apud Pinheiro, 2021; Freitas, 2021; Azeredo, 2021).

Foucault (1996, p. 17) ao tratar sobre a vontade de verdade, pertencente ao sistema de exclusão, percebe que existem mecanismos que controlam os discursos “como a pedagogia, e claro, o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas” e, principalmente, “pelo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído”, se caracterizando como um projeto político questões sobre como e qual saber e de que modo será redistribuído.

De acordo com a fala do Governador, a preparação para o mercado de trabalho se dará por meio de cursos profissionalizantes. É necessário problematizar que existe uma indistinção entre os conceitos de Educação Profissional Tecnológica (EPT) e outros processos educativos como ensino técnico, ensino profissionalizante, formação profissional, capacitação profissional e qualificação profissional que, muitas vezes, são abordados como se fossem sinônimos (Christophe, 2005). Inclusive, é possível perceber essa indistinção na própria legislação, uma vez que a nomenclatura a respeito foi sendo alterada desde meados da década de 1990 por decretos, portarias, pareceres, normas, entre outros (Christophe, 2005).

Em continuidade à análise discursiva, Zema diz que trabalhou “*por 35 anos no setor privado*” e que, ao longo desses anos, se deparou “*constantemente com uma situação que ocorre*

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aCnfMetPGfY>. Acesso em: 29 jul. 2024. Transcrição realizada por meio do TurboScribe.ai.

em Minas Gerais e no Brasil de forma genérica” (Lara, 2021, 00:01:035). Não é novidade para Zema levantar o discurso de que veio do setor privado. Nas eleições de 2018, quando ainda era candidato a governador, Romeu Zema, do Partido Novo, possuía um discurso de negação de práticas tradicionais da política e, como resultado, foi eleito em segundo turno, tendo obtido 71,80% dos votos válidos. Na campanha, Zema propunha o fim do “toma lá, dá cá”, expressão que utilizava para se referir à oferta de cargos parlamentares e a liberação de emendas parlamentares para aprovação de projetos de leis, uma vez que para garantir base de apoio para aprovação de projetos, os governos precisam formar maioria no Legislativo mediante negociações (Lopes, 2023).

Lembrando que as condições políticas e econômicas de existência são o solo em que se formam os sujeitos, “os domínios de saber e as relações com a verdade” (Foucault, 2002, p. 27). Em outras palavras, para que um enunciado possa surgir e ser validado como verdade, é preciso que existam condições para isso.

Em uma reportagem de 2018 que comparava o Plano de Governo dos candidatos, percebe-se que o plano de Zema, intitulado de “Liberdade ainda que tardia”, tinha como propostas norteadoras a pretensão de desburocratizar processos para criar, atrair, estimular as relações entre o governo e as empresas (Paes, 2018).

Então, percebe-se que desde o momento quando ainda era candidato ao cargo de Governador, Romeu Zema já mostrava indícios de como o seu governo seria conduzido. A lógica de mercado foi, assim, gradualmente instalada no Estado de forma geral, sobretudo na Educação, conduzida por discursos de garantir a sua qualidade por meio da concorrência, do livre mercado. Lógica esta transposta e materializada em projetos como o Projeto Somar, cujo principal objetivo é compartilhar com empresas privadas a gestão de escolas públicas que apresentavam baixos índices de desempenho nas avaliações externas, sob o argumento de melhorar a qualidade da educação (Rodrigues; Souza, 2023) e o *Trilhas de Futuro*, nosso objeto de estudo.

Para além, em 2022, nessa mesma linha do seu Plano de Governo anterior, afirmava que este plano era uma representação, um esboço do “futuro, tendo como pilares de sustentação o Empreendedorismo, a Autonomia, a Desburocratização e a Transformação Digital” (Novo, 2022, p. 4). No que diz respeito à educação, seu plano previa o aumento do projeto *Trilhas de Futuro* “para continuar e ampliar a oferta gratuita de cursos técnicos aos mineiros, prioritariamente os estudantes do ensino médio” (Novo, 2022, p. 16).

Vale mencionar que, em 2022, Zema foi reeleito no primeiro turno com 56,18% dos votos válidos, com o apoio de uma coligação formada por nove partidos (Agir, Avante, DC,

MDB, Patriota, PMN, PP, Podemos e Solidariedade). Essa aliança resultou na eleição de 21 deputados estaduais. Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Zema governa com pouca oposição, contando com o apoio de 57 parlamentares, o que equivale a 74% dos deputados estaduais. Essa maioria absoluta facilita a aprovação de pautas de interesse do governo/governador (Alves; Meira, 2023).

Zema, ainda no lançamento do programa *Trilhas de Futuro*, afirma que:

[..] são muitas empresas que necessitam de determinados profissionais e não conseguem contratá-los, porque eles não estão disponíveis no mercado. E as empresas muitas vezes deixam de desenvolver determinados projetos, até mesmo fazer determinados investimentos por essa falta de profissionais. E temos o outro lado da moeda, que são milhares de jovens e adultos também procurando uma vaga no mercado de trabalho, e não conseguem uma colocação para estar ajudando, muitas vezes, numa renda de uma família que não tem uma renda adequada. O que nós estamos querendo fazer com o Programa Trilhas do Futuro⁵ é reduzir essa disparidade gritante que existe (Lara, 2021, 00:02:01).

Trata-se do que Foucault (2008a p. 164) chamou de governamentalidade, fenômeno através do qual o Estado conseguiu sobreviver, se referindo “ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, [...] e sua maneira de agir”. Contudo, cumpre mencionar que o conceito de governamentalidade não se resume somente a isso, pois é mais delicado e complexo. Em uma tentativa de elaborar melhor do que se trata a governamentalidade, percebe-se que filósofo a vê como um marco do início do Estado Moderno, isto é, “quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida” (Foucault, 2008a, p. 219). Em outras palavras, o autor ressalta a “interdependência entre o exercício do governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas” (Fimyar, 2009, p. 38).

Por esse prisma, também é possível problematizar outro aspecto. Em sua fala, o Governador diz que existem dois grupos distintos, um de empresários e outro de jovens, de modo que o projeto seria uma ponte entre esses dois grupos, porque os cursos qualificariam os/as jovens e, conseqüentemente, estes/estas conseguiriam empregos. Lembrando que antes Zema reforçou que trabalhou por 35 anos no setor privado e, seguindo essa lógica, a educação seria o que falta para os/as aproximar da empregabilidade.

Então, quando se forma uma parceria entre o Estado e instituições privadas visando à empregabilidade de jovens, o discurso é de que essa ação objetiva qualificar/preparar a

⁵ O governador Romeu Zema se refere ao programa *Trilhas de Futuro*, muitas vezes, como *Trilhas do Futuro*, utilizando o *do* (preposição *de* + artigo definido *o*) ao invés da expressão *de*.

juventude para o mercado, ou seja, uma ação que deveria ser considerada libertária ou exercer uma função de formar jovens mais críticos e conscientes, sujeitos de mudança sociais, no final, pode acabar reproduzindo as contradições do sistema.

A esse respeito, Minarelli (1995) define empregabilidade como sendo a qualidade ou capacidade de uma pessoa de se tornar empregável a partir de seu conhecimento sintonizado com as necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, o que se vê hoje é um estímulo para que os/as jovens se qualifiquem minimamente, para que assim consigam atender ao perfil determinado pelo mercado de trabalho e, conseqüentemente, aumentar suas chances de ter um emprego que requer um nível mínimo de qualificação.

O que se percebe é uma “crescente valorização à questão das competências [...] nas formas de avaliação e na educação, tomada num sentido amplo” (Costa, 2009, p. 182). Então, seu conhecimento e suas habilidades são resultados de um investimento, muitas vezes, financiados pelo próprio trabalhador ou, no caso desta análise, pelo Estado, feito em sua educação, em suas capacidades para “participar do processo produtivo, e nas capacidades específicas requeridas para seu trabalho em particular” (Costa, 2009, p. 175).

O que se vê pode, inclusive, ser entendido pela noção de capital humano, tendo em vista que as habilidades se tornam um valor de troca, no qual o trabalho se comporta tanto como capital, mas também como renda. De acordo com Costa (2009, p. 178), “trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos”. Funciona como uma grande engrenagem que dá ensejo a políticas públicas educacionais fundadas na cultura do empreendedorismo, fazendo do empreendedorismo “uma visão de mundo” (Costa, 2009, p. 181). A educação, nessa perspectiva, “passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis” (Saviani, 2013, p. 430).

Cabe mencionar que há dois cenários na EPT: o primeiro diz respeito a compreender e conhecer a educação profissional como algo feito para o mercado de trabalho, como materializado nas falas do Governador e, o segundo, invertendo essa lógica predominante nos discursos acerca da formação *na e para* a EPT, de que o trabalho poder ser feito por meio da criticidade e da formação para uma inserção não subordinada no “mundo do trabalho” (Barros; Silva; Brito, 2022).

Ademais, a educação é um direito fundamental para o desenvolvimento e a formação do indivíduo, garantido pela Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 205, que afirma que é um “direito de todos e dever do Estado”. Esvaziá-la a uma condição de ser

garantidora de um emprego e/ou de fazer parte do mercado de trabalho é apontar para objetivos que não são os do desenvolvimento do ser humano de forma integral.

Nesse aspecto, olhar a educação, o trabalho e a educação profissional como um direito, garantido constitucionalmente, obriga-nos a lembrar de um elemento fundante da realidade social e das formas políticas e jurídicas: a luta de classes. Isso porque, em um Estado capitalista, com discursos de desemprego, políticas que priorizam o trabalho são propostas, mas estas não resolvem o desemprego estrutural decorrente das populações mais pobres e colocam a esfera privada como a única solução, como procuraremos problematizar a seguir.

É importante sinalizar que Foucault não tem como foco o estudo sobre a luta de classes, muito embora ela não seja desconsiderada pelo autor. Em uma entrevista, Pierre Dardot e Christian Laval (2005) afirmam que Foucault procura entender a luta de classe de acordo com a tese defendida no Manifesto de 1848, em que a luta de classes representava uma guerra entre duas classes fundamentais, quais sejam, a burguesia e o proletariado. Contudo, ao fazê-lo, Foucault percebe que o poder não diz respeito a uma luta de um contra o outro, de modo que o poder subsistiria independentemente de qualquer relação, em micro mecanismos de poder, penetrando em toda a sociedade de forma difusa (Mascia, 2002). Vale ressaltar que, para Foucault (1987, p. 31), o poder produz saber e ambos estão imbricados de tal modo que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber”, assim, o “saber só pode desenvolver-se fora de suas injunções, suas exigências e seus interesses”.

Trilhas da terceirização da EPT

O Governador afirma que os cursos ofertados “*não foram escolhidos aleatoriamente*”, uma vez que “*o setor produtivo foi escutado, porque quem contrata é o setor produtivo*” (Lara, 2021, 00:04:26). De acordo com o *site* da Secretaria do Estado de Minas Gerais, a Resolução SEE nº 4583 de 2021, que cria o programa *Trilhas de Futuro* em parceria com instituições privadas, responsabiliza o governo estadual pelos custos das matrículas dos estudantes nas instituições privadas. Muito embora não utilize o termo, esse projeto se organiza e se estrutura de forma muito semelhante a uma política de *voucher*, em que a escolha parte do próprio usuário (Dutra, 2024).

No artigo 1º, especificamente no § 4º, informa que os cursos ofertados por esse programa ocorrerão nos formatos de “Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, o que nos faz indagar se esse projeto na verdade não tem como objetivo terceirizar a EPT no Estado. O termo

terceirização, de acordo com Leiria e Saratt (1995), foi criado por Aldo Sani, engenheiro e diretor superintendente da Riocell – empresa de celulose de Guaíba (RS) – no início da década de 1970 (Marcelino; Cavalcanti, 2012). Por terceirização, entende-se como todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta (Marcelino, 2007).

Atualmente, o que se observa são empresas que, cada vez mais, utilizam a terceirização como uma estratégia para se eximir das obrigações impostas pelas leis trabalhistas. Ao terceirizar suas atividades, a empresa tomadora transfere essas responsabilidades para a prestadora de serviços, livrando-se das exigências reguladas pelo Direito do Trabalho (Marcelino; Cavalcanti, 2012).

No âmbito público, a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) autoriza a contratação direta para atividades-meio na Administração Pública e a Lei nº 13.429/2017 dá margem para as contratações de atividades-fim, sendo um desdobramento natural da divisão de trabalho no capitalismo, uma vez que o seu objetivo é o de proporcionar maior disponibilidade de recursos para a atividade-fim, reduzindo a estrutura operacional, diminuindo os custos e economizando recursos (Alves, 2021).

No *Trilhas de Futuro*, o poder público subsidia todo o recurso destinado ao pagamento das mensalidades dos cursos, uma vez que credencia instituições para oferta de cursos técnicos e disponibiliza aos/às usuários/as um cardápio de cursos e vagas para que ele/ela possa escolher, a partir de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Dutra, 2024).

Trata-se de uma política educacional que se assemelha à política de *vouchers*, como já mencionado. Os defensores dessa ideia geralmente apresentam três principais argumentos que se entrelaçam entre si. O primeiro é o direito à escolha, pelo qual os/as consumidores/as, ou seja, a família e alunos/as têm a suposta liberdade de escolher a instituição de ensino que melhor atenda às suas necessidades. O segundo argumento é a promoção da responsabilidade individual, que sustenta a noção de que as pessoas são responsáveis por seu próprio destino e têm um papel ativo no investimento em sua educação, uma das características principais da racionalidade neoliberal. Enquanto ao terceiro argumento, refere-se ao incentivo à competição entre as escolas, gerada pelo leque de ofertas à disposição das famílias e alunos/as, o que, ao menos supostamente, as motiva a melhorar a qualidade de ensino para atrair mais alunos (West, 1998 apud Cosse, 2003).

Contudo, quando o Governador diz que “*o setor produtivo foi escutado, porque quem contrata é o setor produtivo*” (Lara, 2021, 00:04:32), já põe em questão se de fato serão os/as

estudantes e familiares que escolherão o que será estudado, afinal, o que é ofertado é feito mediante o que o setor produtivo informou, visando à empregabilidade.

Um exemplo é o caso do Brian Souza, estudante de História, que utilizou seu canal do *Youtube*⁶ para compartilhar sua experiência no programa *Trilhas de Futuro*. Segundo ele, resolveu criar esse vídeo porque quando foi sua vez de se inscrever no programa teve muita dificuldade em achar conteúdos explicativos sobre seu funcionamento e experiências de cursistas e egressos.

No vídeo, Brian afirma que “*vi que o curso era gratuito e ainda tinha ajuda de custo*” (Souza, 2023, 00:02:07) e, levando em consideração que não estava trabalhando e que “*muitas pessoas sempre ficaram falando para mim, aí faz um curso no Senai, que vai ser muito bom, porque como é curso técnico, muitas vezes, você já vai sendo encaminhado ali no mercado de trabalho*” (Souza, 2023, 00:02:52), decidiu realizar sua inscrição, colocando três cursos de interesse “*eletroeletrônica, meio ambiente e um outro curso que eu não lembro*” (Souza, 2023, 00:03:15).

Brian conseguiu pelas vagas residuais o curso de eletroeletrônica no período noturno. Acontece que, de acordo com ele, acabou não dando continuidade por não ter afinidade com a matéria e que já fazia “*faculdade de História e aí que já é uma área que eu já gosto muito mais*” (Souza, 2023, 00:05:22). Para além disso, ele também afirmou que depende muito do local de onde o estudante é, porque, no caso dele, por exemplo, “*na minha cidade, as oportunidades de trabalho, elas são muito ligadas com a Vale. A Vale é uma empresa, enfim, muito conhecida. E muitas pessoas que fazem esses tipos de curso, elas conseguem trabalho na Vale*”⁷ (Souza, 2023, 00:02:46).

Mais uma vez, é possível perceber traços da governamentalidade nas falas de Brian. Isso porque esses programas buscam, como o próprio nome sugere, como problematizaremos a seguir, “programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem” (Costa, 2009, p. 178). Ou seja, parece existir uma indução, sub-reptícia, para que os indivíduos modifiquem suas afinidades, seus desejos, percepções e possíveis escolhas que fariam referentes a sua própria vida, de modo a cumprir o que se espera, até porque “a busca do ganho é mais do que uma obrigação – tornou-se um imperativo vital” (Costa, 2009, p. 179).

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V8KQc4hHmnk>. Acesso em: 29 jul. 2024. Transcrição realizada por meio do TurboScribe.ai.

⁷ Antiga Companhia Vale do Rio Doce, a Vale é uma empresa de mineração que, segundo seu *site*, alega que “a mineração é essencial para o desenvolvimento do mundo”. Disponível em: <https://vale.com/pt/quem-somos>. Acesso em: 29 jul. 2024.

Perguntamo-nos, então, por que *Trilhas de Futuro* e não *do Futuro*? A expressão *de futuro*, segundo o dicionário Aurélio⁸ online, significa “que tem boas perspectivas futuras”, que tem futuro, ou seja, é promissor, tem probabilidade de sucesso, o efeito de sentido que parece ser intencionado pelo Governo/Governador. Já o *do* (preposição *de* + artigo definido *o*) nos remete à posse, origem ou relação, sugerindo que as trilhas estão relacionadas ao futuro ou que têm características que remetem ao futuro, que pertencem ao futuro, como se fossem caminhos ou direções que talvez venham a existir no futuro, que (não) serão plenamente realizados no futuro. Inclusive, é interessante perceber, o próprio Governador diz várias vezes *Trilhas do Futuro*, ou seja, utilizando o *do* (preposição *de* + artigo definido *o*) ao invés da expressão *de*.

Voltando para a condução das condutas no/pelo Trilhas, o que está em jogo, bem como propõe Foucault (2008b, p. 369), nessa forma de governamentalidade neoliberal, é a transformação dos indivíduos em empresas, acontecendo o retorno do *homo oeconomicus* caracterizado como:

[...] o que é manejável, o que responde sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio.

Dito com outras palavras, não se está falando do homem da troca ou do homem consumidor e sim do “homem da empresa e da produção” (Foucault, 2008b, p. 201). Nesse sentido, o verdadeiro sujeito econômico é a empresa, isso somente é possível por meio do Estado de Direito, no qual há leis que regulam os comportamentos das pessoas. Isso se dá, concomitantemente, à multiplicação da necessidade de leis e normas, tornando o serviço público onipresente.

Foucault (2008b), em *Nascimento da Biopolítica*, ao falar sobre o liberalismo, afirma que esse regime não é o que permite às pessoas serem livres, no sentido de fazer o que elas quiserem. Pelo contrário, uma vez que o liberalismo se propõe a fabricar a liberdade a todo instante, até os momentos de crises também seriam criados/fabricados. Assim, ao utilizar a palavra *liberal*, Foucault (2008b) está tratando sobre prática de governamentalidade, uma vez que à medida que ela produz a liberdade, ela precisa gerir e organizar.

Nesse sentido, é possível dizer que no mercado de trabalho a liberdade dos trabalhadores “existe”, embora seja gerida e organizada pelos detentores do poder, de modo que os

⁸ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/futuro>. Acesso em: 29 jul. 2024.

trabalhadores são “politicamente desarmados para não fazer pressão sobre o mercado de trabalho” (Foucault, 2008b, p. 88).

Finalizando esta seção, o Governador Zema afirma que o projeto *Trilhas de Futuro* tem uma dupla finalidade, a de estruturar “*melhor o setor produtivo*” (Lara, 2021, 00:05:49) e, ao mesmo tempo, a de fazer “*uma ação social gigantesca que é a inclusão profissional de 40 mil jovens*” (Lara, 2021, 00:05:53). Acontece que, conforme mencionado anteriormente, isso não é garantia de emprego, tampouco de um emprego de qualidade. Ademais, o Trilhas é tratado como se fosse um remédio que trará a cura para o mal que é o desemprego no Estado, desconsiderando tantos outros aspectos socioeconômicos e históricos.

Uma das características da tecnocracia, ou seja, dessa forma de entender a política e o social com base na supremacia dos técnicos e do conhecimento científico, é a crença de que todo problema da humanidade pode ser resolvido pelo progresso tecnológico. Essa perspectiva, a serviço de uma lógica capitalista, sugere que tais problemas seriam simples e fáceis de solucionar por *experts* (Thuillier, 1989, apud Auler, 2011).

Para ajudar a compreender melhor suas proposições, Auler exemplifica (2011, p. 77) essa concepção de tecnocracia, observando as soluções adotadas em nome da segurança social, entre elas, “muros cada vez mais altos, cercas eletrificadas, alarmes, circuitos internos de TV”. Dito de outro modo, é como se os aparatos tecnológicos fossem nos salvar da violência. O que ele demonstra é que as pessoas ficam preocupadas, de forma individual, sobre sua segurança e não problematizam o que de fato deveria ser discutido no coletivo. Essa desarticulação do coletivo também é uma das estratégias de governamentalidade, do neoliberalismo.

Essa estratégia não se limita à simples divisão de grupos, mas sim a um processo mais sutil de atomização social, no qual os indivíduos são incentivados a buscar seu próprio interesse em detrimento do bem comum, o que não apenas enfraquece a capacidade de resistência dos grupos marginalizados, mas também reforça a hegemonia do poder ao fragmentar a base coletiva de ação e organização política (Foucault, 2008a).

Algumas reflexões

Começamos nossas reflexões “finais”, indagando-nos: Mas *para que* serve a Educação Profissional e Tecnológica? Coadunamos com Grinspun (2001, p. 29) quando afirma que a EPT serve para formar um indivíduo “mais crítico e consciente para fazer a história do seu tempo

com possibilidade de construir novas tecnologias”, de modo geral, “transformar essa sociedade em termos mais justos e humano”.

Porém, o discurso, materializado no *Trilhas de Futuro*, de que a salvação dos jovens está no ensino profissionalizante, aponta para um discurso que (re)produz verdades e opera como prática de controle e dominação social, uma vez que os cursos ofertados são condizentes com a necessidade das empresas e criam uma falsa sensação de escolha dos jovens sobre o seu futuro. O exemplo do Brian demonstra isso. Como mencionado anteriormente, dentre os cursos ofertados, ele escolheu um e cursou somente 2 meses porque percebeu que não tinha afinidade com o curso, uma vez que gosta mesmo é de estudar História. Então, até que ponto essa escolha reflete de fato o que os/as jovens querem para o seu futuro? E quantos Brians não continuam o curso e atuam nas áreas de formação sem sequer perguntar-se: o que de fato eu gostaria de estudar? Onde e com que eu gostaria de trabalhar? O que quero para a minha vida? Há outras possibilidades para jovens como eu?

Ao terceirizar a EPT, ainda que sem nomear o Trilhas como terceirização, o governo de Minas Gerais se alinha à racionalidade neoliberal constituindo um elo entre a educação e o espírito empreendedor. O discurso é o da necessidade de capacitação desses jovens e da aquisição de competências e habilidades para atuarem no mercado de trabalho. Segundo Costa (2009), essa cultura empreendedora não se distancia nem se desvincula da Teoria do Capital Humano. Ademais, essa cultura também remete à questão meritocrática, “em que o status de cada um é determinado, em última instância, pelo grau e pela qualidade de capital humano que foram acumulados através da educação” (Costa, 2009, p. 183).

Destaca-se ainda que a terceirização também passa pela transferência da responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, amenizando suas obrigações. Inclusive, uma das formas de atuação de ideias e discursos neoliberais é justamente reduzir a atuação do Estado para abrir espaços para a atuação e o suposto salvamento pelo setor privado (Chamayou, 2020).

Por fim, vale refletir sobre o fato de que tais cursos parecem não se alicerçar em uma concepção holística e omnilateral⁹ de EPT, como apregoa alguns de nossos documentos legais, como a Lei n.º 11.892 de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT), por meio da qual, surgiram os denominados Institutos Federais de

⁹ A formação holística e omnilateral refere-se ao desenvolvimento pleno do sujeito, isto é, além da mera preparação para desempenhar uma função. Então, forma o ser humano na sua integralidade “física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (Ciavatta, 2014, p. 190).

Educação (IFs), orientados por uma ideia de EPT focada na formação omnilateral e não no mercado de trabalho.

Para encerrar nossa reflexão, evocamos Thich Nhat Hanh, como o fez Bell Hooks (2021, p. 234) em *Tudo sobre amor e novas perspectivas*, ao falar sobre planos e estratégias para o futuro afirma que “tudo o que buscamos só pode ser encontrado no presente”, pois, caso abandonemos o presente “para buscar as coisas no futuro é jogar fora a substância e se apagar à sombra”.

Referências

ALVES, Claudemir Francisco; MEIRA, Kelly Cristine Oliveira. O segundo governo Zema: a conjuntura no início do novo mandato. **Contextus Nesp Puc Minas**, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://nesp.pucminas.br/wpcontent/uploads/2023/05/Contextus_maio_2023-1.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

ALVES, Marcelo Paraiso. **Lazer operário e alienação** (Volta Redonda–1951 a 1956). 143f. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2001.

ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton. K Ken. Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 275–316, jan. 2015.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, Território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

AULER, Décio. Novos Caminhos para Educação CTS: ampliando a participação. IV Simpósio Nacionais de Tecnologia e sociedade, **Anais...**, Curitiba, 2011.

AZEREDO, Luciana; BARTHO, Viviane Dinês. Análise do discurso francesa: Pêcheux e Foucault, dois “Micheis” em seus (des)encontros. **Caminhos em Linguística Aplicada**, Taubaté, v. 23, n. 2, p. 36-56, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/caminhoslinguistica/article/view/3014>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso 28 fev. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº 331**, de 27 de Maio de 2011. Contrato de prestação de serviços. Legalidade (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação). Brasília, DF: 2011. Disponível em: Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

BRITO, Leonardo Leônidas; SILVA, Lais Rodrigues da; BARROS, Rodrigo Trevisano. Currículo contra-hegemônico na EPT e suas relações com a centralidade do trabalho. **Vértices**, Campos dos Goitacazes, v. 24, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p470-480>

ClAVATTA, Maria. O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. Ubu Editora, 2020.

CHWARTZMAN, Simon; CHRISTOPHE, Micheline. **A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica**. Brasília: SENAI/DN, 2005.

COSSE, Gustavo. Voucher Educacional: nova e discutível panacéia para a América Latina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 207-246, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100009>

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 171-186, mai/ago. 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, Lucas Evencio Soares. O Projeto *Trilhas de Futuro* - Minas Gerais está avançando no caminho certo? **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**, vol. 5, 2023. Disponível em: <https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/215>. Acesso em: 29 jul. 2024.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 35-56, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8308/5540>. Acesso em: 29 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edição de texto: Marcos Jost Marcionílio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Des supplices aux cellules. In: **Dits et écrits II**. Paris: Quarto, Gallimard, 2001, p. 1584-1588.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado, Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart; sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GRINSPUN, Mirian. **Educação tecnológica**: desafios e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

LARA, Bráulio. **Lançamento do programa Trilhas do Futuro do Governo de Minas**. Youtube, 01 de julho de 2023, 30:52. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aCnfMetPGfY>. Acesso em: 29 jul. 2024.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

LEIRIA, Jerônimo Souto; SARATT, Newton. **Terceirização**: uma alternativa de flexibilidade empresarial. São Paulo: Gente, 1995.

LOPES, Edilene. **A relação entre executivo e legislativo em âmbito subnacional**: o governo Zema e a promessa do jeito novo de governar. 102f. 2023. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/66968>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MARCELINO, Paula. Afinal, o que é terceirização? Em busca de ferramentas de análise e de ação política. **Revista Unesp**, São Paulo: v. 8, n. 2, 2007. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v8i2.1640>

MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000200010>

MASCIA, Márcia Aparecida Amador. **Investigações discursivas na pós-modernidade**: uma análise das relações poder-saber do discurso político-educacional de língua estrangeira. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade**: o caminho das pedras. São Paulo: Gente, 1995.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Lei nº 23197**, de 26 de dezembro de 2018. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências. Plano Estadual de Educação. Belo Horizonte, MG, 26 dez. 2018. Disponível em:

file:///C:/Users/SEEMG/Downloads/Lei-Estadual-23197_26-de-dezembro-de-2018.pdf.
Acesso em: 29 jul. 2024.

MINAS GERAIS. **Perguntas e Respostas Trilhas de Futuro**. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1u0Vagsv_tA95TxRCAWs7qvXGcZgzEiv7d67sTaX294/edit. Acesso em: 29 jul. 2024

NOVO. **Liberdade Ainda que Tardia**. Plano de Governo de Romeu Zema. 2018. Disponível em: https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_8b29beb0cbe247a296f902be2fe084b6/Promessas/romeu-zema-MG.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024

PAES, Cíntia. Eleições 2018 em MG: compare propostas de Anastasia e Zema em seis áreas. **G1 Minas**, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/eleicoes/2018/noticia/2018/10/23/eleicoes-2018-em-mg-compare-propostas-de-anastasia-e-zema-em-seis-areas.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2024.

PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Dogmar Estermann Meyey, Marlucy Alves Paraíso (organizadoras). 3. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

PINHEIRO, Luciana Pereira Leal; FREITAS, Roberta Helena Freitas; AZEREDO, Luciana Aparecida Silva de Azeredo. Diversidade e governamentalidade neoliberal em entrevistas do Ministro da Educação Milton Ribeiro. **Primeiro Simpósio da Rede Mineira de Pesquisa em Educação, Saúde e Tecnologias: caderno de resumos**, 2021, p. 90-95. Disponível em: <http://https://1osimposioredemineiraeducacaosaudeetecnologias.wordpress.com/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RODRIGUES, Lara Cristina; APARECIDA DE SOUZA, Vilma. O projeto somar na gestão do governo Zema (2019-2022) em Minas Gerais. **Anais do Seminário de Educação, Diversidade e Direitos Humanos**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56579/sedh.v2i1.1104>

SAVIANI. Dermeval. O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo (1991-2001). In: **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013, p. 425-442. (Coleção memória da educação).

SOUZA, Brian. **Como é fazer um curso pelo trilhas do futuro**. Youtube, 14 de fevereiro de 2023, 07:46. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V8KQc4hHmnk&t=327s>. Acesso em: 29 jul. 2024.

VEIGA-NETO, Alfredo; RECH, Tatiana Luiza. Esquecer Foucault? **Pro-Posições**, v. 25, n. 2 (74), p. 67-82, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000200004>

VEIGA-NETO, Alfredo; SILVA, Mozart Linhares da. Educação e estudos foucaultianos: uma entrevista com Alfredo Veiga-Neto. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 1, p. 254-263, jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v29i1.16074>

Recebido em: 24 de agosto de 2024
Aceito em: 10 de dezembro de 2024